

Art. 10.º Uma vez vinculado o aprendiz ao centro de aprendizagem o mesmo deverá cumprir a disciplina laboral do mesmo centro, de acordo com a legislação vigente.

Art. 11.º Será da atribuição da Secção de Emprego o envio do candidato ao exame médico.

CAPÍTULO III

Disposições finais

Art. 12.º Os praticantes admitidos ao abrigo do Despacho do Ministro do Trabalho datado de 1 de Julho de 1975, publicado em *Boletim Oficial* n.º 28, de 10 de Julho, não são abrangidos pelo presente Diploma. No entanto, após o termino do 2.º ano da prática, serão submetidos a uma avaliação, sob o controle do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Art. 13.º Todos os sectores de actividades que tenham praticantes no referido Centro do Trabalho, deverão remeter à secção do emprego, no prazo de quinze dias a contar da data da publicação deste diploma, uma relação donde conste a identificação completa dos mesmos, bem como a sua situação laboral.

Pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social, *Dionísio Tomé Dias*.

Decreto n.º 61/79

Tornando-se necessário regulamentar o funcionamento do Centro Nacional de Emprego definindo as suas atribuições e competência na prossecução dos seus objectivos;

Nestes termos;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3 do artigo 37.º da Constituição, o Governo da República Democrática de S. Tomé e Príncipe, pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social, decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É aprovado o regulamento do Centro Nacional de Emprego que baixa assinado pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social.

Art. 2.º Quaisquer dúvidas que surgirem na aplicação do presente diploma, serão resolvidas por despacho do Ministro do Trabalho e Previdência Social.

Art. 3.º Este decreto entra imediatamente em vigor.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros em 15 de Novembro de 1979.

Pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social, *Dionísio Tomé Dias*.

Promulgado em 24 de Novembro de 1979.

Publique-se.

O Presidente da República, MANUEL PINTO DA COSTA.

REGULAMENTO DO CENTRO NACIONAL DE EMPREGO

Definição, Objectivo e Competência

Artigo 1.º

Na secção de Emprego do Departamento da Força de Trabalho, da Direcção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência Social, funciona o CENTRO NACIONAL DE EMPREGO abreviadamente CNE ao qual compete, exclusivamente, proceder à inscrição de candidatos a emprego e encaminhá-los para os respectivos postos de trabalho.

Artigo 2.º

O seu objectivo é organizar da melhor forma o mercado de trabalho, como parte integrante de um programa nacional, visando assegurar e manter o pleno emprego, bem como desenvolver e aproveitar todos os recursos humanos do País.

Organização e funcionamento

Artigo 3.º

A forma de organização e do funcionamento do CNE constará de documentos metodológicos e regulamento interno que forem estabelecidos.

Crítérios de colocação

Artigo 4.º

1. Para preenchimento de uma vaga, para além do método de concurso, será observado rigorosamente a seguinte ordem de prioridade:

- a) Antiguidade de inscrição no Centro Nacional de Emprego, por profissão;
- b) Capacidade de trabalho;
- c) Inscritos em situação de carência, assim definidos pela Assistência Social.

2. Ao critério de antiguidade de inscrição juntar-se-á, para decisão, o número de agregado familiar, e tempo de duração do desemprego e, nas empresas agropecuárias a reunificação familiar.

3. Responderá disciplinarmente independentemente de outras sanções que se se reputar convenientes, o funcionário que utilizar critérios discriminatórios.

Apoio de outros organismos ao CNE

Artigo 5.º

Para facilitar a colocação dos candidatos a emprego, o CNE procurará afastar todos os obstáculos que dificultem a colocação, nomeadamente os de ordem económica contactando, para tal fim, as instituições e organismos do Estado competentes.

Admissão e dispensa de trabalhadores

Artigo 6.º

1. A admissão de trabalhador de qualquer categoria em empresas públicas ou privadas, bem como nos Ser-

viços Públicos, salvo as nomeações feitas em comissão de serviço, somente poderá processar-se segundo as normas contidas neste regulamento e demais disposições do Ministério do Trabalho e previdência Social, sob pena de nulidade.

2. Quando o lugar não dependa de especialização, a colocação será feita pelo CNE, segundo os critérios estabelecidos no artigo 4.º do presente Regulamento.

3. Quando o lugar dependa de especialização ou formação, as empresas ou Serviços Públicos deverão proceder à admissão, de acordo com a legislação vigente.

4. A transferência de um trabalhador de um Centro de Trabalho para o outro deverá ser feita por razões de serviço e não como resultado da pena disciplinar.

Participação de empregador na colocação

Artigo 7.º

Não é permitido a qualquer empregador indicar trabalhador que deverá ocupar o lugar de trabalho vago.

Deveres e obrigações dos empregadores

Artigo 8.º

1. Todos os empregadores deverão informar o CNE sobre as ocorrências havidas na vida profissional dos seus empregados, tais como: alterações salariais, promoções, prémios, abandono ou mudanças de profissão, aperfeiçoamento profissional.

2. São obrigações gerais dos empregadores:

a) Colaborar com o CNE na sua missão de organizar o mercado de emprego, fornecendo todas as informações que lhes sejam solicitadas;

b) Fornecer ao CNE previsões da necessidade de mão-de-obra futura;

c) Aceitar os trabalhadores encaminhados pelo CNE que preencham os requisitos de admissão;

d) Devolver ao CNE as guias-de-marcha no prazo de oito dias a contar da data da sua expedição;

e) Dar conhecimento ao CNE da existência de vagas nas quais possam ser admitidos menores, aprendizes ou diminuídos físicos;

f) Informar sobre os menores a seu serviço.

Pedido de emprego

Artigo 9.º

1. O pedido de emprego será feito, directa e pessoalmente, no CNE.

2. Para efeitos de inscrição e pedido de emprego é indispensável a apresentação de um documento de identidade válido.

3. No momento da inscrição o candidato deve fornecer todas as informações que lhes sejam solicitadas, referentes à sua identificação pessoal e suas habilitações literárias e profissionais.

4. Para inscrição em categorias profissionais que dependam de qualificação ou formação, é obrigatória a apresentação de documento comprovativo.

Artigo 10.º

Os candidatos a emprego são obrigados a atender no prazo estipulado aos anúncios para sua convocação.

Artigo 11.º

1. O candidato é livre de aceitar ou não o emprego que lhe for oferecido.

2. Da não aceitação do emprego far-se-á a devida anotação na ficha da inscrição e o candidato manterá o mesmo lugar de antiguidade se apresentar razões justificáveis.

3. Se o candidato aceitar o emprego, ser-lhe-á passada guia-de-marcha e deverá comparecer no local de trabalho no prazo de três dias, a contar da data da expedição da guia.

4. Se por qualquer motivo a colocação não se efectuar, o candidato deverá fazer retornar a guia-de-marcha ao CNE, indicando as razões da sua não colocação, para manter a mesma ordem de antiguidade.

Cancelamento da inscrição

Artigo 12.º

1. A inscrição no CNE será cancelada:

- a) A pedido do candidato;
- b) Pela falta de resposta à chamada referida no artigo 10.º deste regulamento;
- c) Pelo não cumprimento dos n.ºs 3 e 4 do artigo 11.º deste regulamento.

2. O cancelamento da inscrição não impede que o candidato volte a inscrever-se no CNE, mas neste caso o tempo de antiguidade será contado a partir da data da nova inscrição.

Disposições finais

Artigo 13.º

1. A violação de qualquer das disposições deste regulamento à excepção da estatuída no artigo 4.º implica a aplicação da multa de valor de Db 1200,00 a Db 10 000,00, sem prejuízo da responsabilidade penal.

2. As multas serão aplicadas pela Secção de Inspeção de Trabalho do Departamento de Assuntos Laborais e Inspeção, a pedido do CNE ou a denúncia de qualquer cidadão.

3. A responsabilidade pelo pagamento da multa será da própria empresa, se se tratar de empresa privada.

4. Tratando-se de empresa estatal ou dos Serviços Públicos, será apurada a responsabilidade funcional de ou dos autores e sobre os seus salários será descontada a multa.

Artigo 14.º

São revogadas todas as disposições que contrariem ao disposto no presente regulamento.

Pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social,
Dionísio Tomé Dias.

MOVIMENTO DO PESSOAL CIVIL

Ministério da Defesa e Segurança Nacional

Departamento de Polícia Nacional

Por despachos de 24 de Julho e 30 de Setembro de 1979, anotados pelo Tribunal Administrativo em 15 do corrente mês:

Eduardo José Santana — exonerado, a seu pedido, das funções de guarda de 3.ª classe, para que havia sido nomeado provisoriamente, por diploma de provimento de 3 de Dezembro de 1974, visado pelo Tribunal Administrativo em 10 e publicado no *Boletim Oficial* n.º 50, de 12 do mesmo mês e ano, a partir de 1 de Agosto do ano em curso, inclusive.

Fortunato José de Apresentação Rocha — exonerado, a seu pedido, das funções de guarda de 3.ª classe, para que havia sido reconduzido, por despacho de 27 de Outubro de 1976, visado pelo Tribunal Administrativo em 26 de Março de 1977 e publicado no *Diário da República* n.º 15, de 18 de Abril do mesmo ano, a partir de 1 de Outubro do ano em curso, inclusive.

Departamento de Polícia Nacional em S. Tomé, 20 de Novembro de 1979. — Pelo Chefe do Departamento, *Francisco de Alva da Graça Lima*, Comissário.

Ministério do Trabalho e Previdência Social

Gabinete do Ministro

Por despachos de 29 de Setembro último, visados pelo Tribunal Administrativo em 12 do corrente:

Manuel do Sacramento Sousa e Ceita — dada por finda a comissão de serviço que vinha exercendo como Chefe de Gabinete deste Ministério, desde 5 de No-

vembro de 1977, a partir de 1 de Outubro do corrente ano, continuando a exercer por substituição o cargo de Chefe de Departamento da Previdência Social.

Alcino Barros da Cruz, 4.º escriturário do Banco Nacional de S. Tomé e Príncipe — nomeado, em comissão de serviço, Chefe de Gabinete deste Ministério, com efeito a partir de 1 de Outubro do ano em curso. (Tem a pagar Db 33,00 de emolumentos).

Gabinete do Ministro do Trabalho e Previdência Social em S. Tomé, 22 de Novembro de 1979. — O Chefe de Gabinete, *Alcino Barros da Cruz.*

Ministério da Saúde

Direcção dos Serviços de Saúde

Por despacho ministerial de 24 de Outubro findo, visado pelo Tribunal Administrativo em 12 de Novembro do corrente ano:

Silvia Sebastião Afonso Lima, servente assalariada eventual da Direcção dos Serviços de Saúde — transite sem mais formalidades e com efeitos a partir do dia 1 de Outubro do ano em curso, para o lugar de servente do quadro do pessoal assalariado dos Serviços de Saúde, ocupando a vaga resultante pela transição de José Manuel Guadalupe, para o cargo de ajudante de cozinheiro. (Pagou Db 33,00 de emolumentos).

Direcção dos Serviços de Saúde em S. Tomé, 22 de Novembro de 1979. — O Director dos Serviços, *Carlos Alberto Pires Tiny*, Médico de 2.ª classe.

Ministério das Construções, Transportes e Comunicações

Departamento de Transporte Terrestre

Secção de Trânsito e Inspeção

Por despacho de 19 do corrente mês do Camarada Ministro das Construções, Transportes e Comunicações:

É punido com a pena de inibição de conduzir veículos automóveis, por infracção às regras de trânsito, por um período de dez dias, o condutor abaixo indicado.

N.º 2 do artigo 5.º do Código da Estrada:

António Vaz Afonso Neto 10 dias.

Secção de Trânsito e Inspeção do Departamento de Transporte Terrestre em S. Tomé, 21 de Novembro de 1979. — O Chefe de Departamento, *Francisco Dias dos Ramos Miguel*, primeiro-oficial.